

COMPLIANCE APLICADO AO AMBIENTE CORPORATIVO: A CHAVE PARA A INTEGRIDADE EMPRESARIAL E A REDUÇÃO DE RISCOS.

Michelly Rocha Pessoa

RESUMO

O *Compliance* no ambiente corporativo desempenha um papel fundamental na garantia de que as organizações operem em conformidade com os requisitos legais, regulamentares e éticos vigentes, estabelecendo uma base sólida para a integridade empresarial. A implementação do *compliance* vai além do simples cumprimento de normas. É uma ferramenta estratégica que visa prevenir práticas ilícitas, fraudes e a exposição a riscos reputacionais, ao mesmo tempo em que promove uma cultura organizacional pautada pela ética, transparência e responsabilidade. A adoção de um programa eficaz de *compliance* é crucial para a mitigação de riscos operacionais e financeiros, haja vista que não só assegura a conformidade com as leis e regulamentos locais e internacionais, mas também ajuda as empresas a se protegerem de eventuais penalidades, litígios e danos à reputação, que podem comprometer sua sustentabilidade no longo prazo. Além disso, a gestão proativa de riscos permite que a organização identifique e trate vulnerabilidades antes que elas se tornem crises, criando um ambiente de negócios mais seguro e confiável. Em um cenário empresarial cada vez mais competitivo, globalizado e regulamentado, o *compliance* não é apenas uma exigência legal, mas sim um fator estratégico essencial para a criação de valor e a manutenção da credibilidade organizacional.

Palavras-chaves: Transparência. Conformidade legal. Valor estratégico. Cultura organizacional.

ABSTRACT

Compliance in the corporate environment plays a fundamental role in ensuring that organizations operate in compliance with current legal, regulatory and ethical requirements, establishing a solid foundation for business integrity. The implementation of compliance goes beyond simply complying with standards; It is a strategic tool that aims to prevent illicit practices, fraud and exposure to reputational risks, while promoting an organizational culture guided by ethics, transparency and responsibility. The adoption of an effective compliance program is crucial for mitigating operational and financial risks, as it not only ensures compliance with local and international laws and regulations, but also helps companies protect themselves from possible incidents, incidents and damage to the transaction, which may compromise its long-term sustainability. Additionally, proactive risk management allows an organization to identify and address vulnerabilities before they become crises, creating a safer and more reliable business environment. In an increasingly competitive, globalized and regulated business scenario, compliance is not just a legal requirement, but an essential strategic factor for creating value and maintaining organizational replacement.

Keywords: Transparency. Legal compliance. Strategic value. Organizational culture.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de *compliance* em se tornado cada vez mais crucial no contexto corporativo atual, especialmente em um ambiente de negócios dinâmico, globalizado e com regulamentações complexas. Esse conceito envolve a adesão rigorosa a leis, regulamentos e princípios éticos, posicionando-se como uma ferramenta estratégica essencial para garantir a integridade das organizações, reduzir riscos e aprimorar a governança corporativa. Seu efeito vai além da simples conformidade com as normas, abrangendo áreas estratégicas como gestão de riscos, responsabilidade social empresarial e inovação tecnológica. Assim, deve ser entendido não apenas como um mecanismo de controle, mas como um alicerce essencial para o fomento de uma cultura organizacional ética, transparente e adaptável.

Historicamente, o conceito de *compliance* foi inicialmente associado à necessidade de conformidade com requisitos legais, visando a evitar penalidades como multas e processos judiciais. Contudo, à medida que as organizações foram amadurecendo e os ambientes regulatórios se tornaram mais complexos, o *compliance* evoluiu, passando a ser reconhecido como uma ferramenta essencial para a gestão estratégica. Atualmente, não se limita à conformidade legal, mas se configura como um elemento vital para a promoção de ética organizacional, transparência nas operações e responsabilidade social, elementos que são cada vez mais exigidos por consumidores e investidores.

A implementação de programas de *compliance* eficazes tem se tornado uma prioridade estratégica para empresas que desejam se destacar em mercados competitivos. A aderência a práticas éticas e o compromisso com a conformidade não são mais apenas uma questão de evitar riscos legais, mas também de gerar confiança junto aos clientes, investidores e parceiros comerciais, estabelecendo relações duradouras e sustentáveis. Mais do que uma responsabilidade, o *compliance* tem se mostrado uma vantagem competitiva que impulsiona a inovação, o crescimento sustentável e a resiliência organizacional, permitindo que as empresas se adaptem rapidamente a mudanças regulatórias e desafios do mercado.

No contexto da gestão de riscos, um dos benefícios mais consideráveis é a habilidade de antecipar, avaliar e reduzir riscos de forma proativa, modificando substancialmente as repercussões adversas no ambiente corporativo. Ao adotar uma abordagem estratégica, integrada e fundamentada, as organizações se tornam mais aptas a identificar com precisão e antecipação ameaças de diferentes naturezas — legal, financeira, operacional e reputacional — antes que estas se transformem em problemas que não podem ser reversíveis.

Entre os riscos mais significativos para as empresas, estão as penalidades regulatórias, que surgem do não cumprimento de requisitos legais e normativos e podem gerar sanções severas de caráter financeiro e operacional; os riscos de imagem, que ocorrem quando a empresa se vê envolvida em práticas polêmicas, antiéticas ou ilegais, comprometendo de forma irreparável sua reputação e a confiança do público; e os riscos financeiros, relacionados a falhas em governança, fraudes internas, inadequações nas estratégias de gestão ou investimentos de alto risco, afetando a solidez financeira e ameaçando a viabilidade da organização no longo prazo. Assim, a gestão de riscos vai além da mitigação de perdas, estabelecendo-se como um fator essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento seguro da empresa.

Por meio de um programa bem estruturado, as organizações conseguem não apenas mapear e mitigar esses riscos, mas também implementar controles internos robustos e promover uma cultura de ética e responsabilidade entre seus colaboradores. Isso envolve a criação de códigos de ética e conduta claros, a implementação de sistemas de auditoria e monitoramento, além de treinamentos contínuos para garantir que todos os níveis hierárquicos estejam alinhados com os princípios éticos e regulatórios da empresa. Com isso, a organização se torna capaz de enfrentar crises e reduzir prejuízos a longo prazo.

Outro aspecto de grande relevância é a interseção entre *compliance* e sustentabilidade. Com o aumento das pressões externas por práticas empresariais responsáveis, a adoção dessas políticas também passa a englobar a conformidade com normas ambientais, sociais e de governança. A exigência de que as empresas não apenas cumpram as leis, mas também adotem práticas empresariais responsáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, tem sido cada vez mais premente. Nesse contexto, o *compliance* não se limita a regulamentações tradicionais, mas também abarca as normas que promovem a proteção ambiental, os direitos humanos e a equidade social.

O *compliance* quando utilizado como uma ferramenta estratégica, ultrapassa o mero cumprimento de normas legais, consolidando-se como um pilar fundamental para a integridade das empresas, a mitigação de riscos e o crescimento sustentável. Sua conexão com áreas como governança corporativa, gestão de riscos, responsabilidade social e inovação tecnológica destaca sua importância no ambiente corporativo atual. Ao adotar práticas eficazes de *compliance*, as empresas não apenas asseguram conformidade com as leis, mas também promovem um ambiente de negócios mais ético, transparente e confiável, fortalecendo sua posição no mercado e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A implementação bem-sucedida dessa abordagem deve ser vista como uma estratégia indispensável para a construção de organizações inovadoras, preparadas para enfrentar os desafios do mundo corporativo globalizado e regulamentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em um cenário empresarial marcado por rápidas transformações nos modelos de negócios e por uma crescente dinâmica de mudanças regulatórias e sociais, nunca foi tão evidente a necessidade de uma conduta íntegra e responsável nas organizações (LAMBOY; RISEGATO; COIMBRA, 2018, p. 3). A adoção de práticas éticas e transparentes não é mais uma opção, mas uma exigência fundamental para a sobrevivência e o sucesso das empresas no contexto atual.

Nesse sentido, o *compliance* se consolida como um dos principais pilares para garantir a integridade organizacional, o cumprimento das normas e a mitigação de riscos.

Importante destacar que o *compliance* não segue um processo rígido ou uma técnica única para sua implementação. Cada organização possui particularidades que devem ser analisadas de forma minuciosa antes de sua inserção no ambiente corporativo. A abordagem deve ser adaptada às necessidades específicas de cada empresa, considerando suas áreas de risco e o contexto em que opera (MENDES E CARVALHO, 2018). A flexibilidade e a personalização deste processo são, portanto, aspectos fundamentais para sua eficácia.

A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, estabeleceu um marco jurídico de grande relevância ao atribuir responsabilidade direta às pessoas jurídicas por atos ilícitos praticados em seu benefício, com ênfase na promoção de valores éticos nas condutas empresariais. Essa legislação trouxe uma transformação significativa na forma como as empresas passaram a ser responsabilizadas, ampliando a abrangência de sua aplicação ao responsabilizar as organizações por práticas ilícitas, independentemente da comprovação de dolo ou culpa de seus administradores. Assim, a Lei Anticorrupção fortalece a necessidade de implementação de sistemas de governança corporativa sólidos e eficazes, que garantam o fortalecimento do controle interno, a transparência nos processos decisórios e a manutenção da integridade organizacional. Em última instância, essa legislação não apenas visa coibir a corrupção, mas também impulsiona a construção de uma cultura corporativa ética e responsável.

A implementação de um programa de compliance, conforme exigido pela Lei Anticorrupção, tornou-se uma estratégia essencial para a mitigação de riscos legais e para a promoção de práticas empresariais responsáveis e transparentes. A legislação não só reforça a importância de mecanismos internos de controle e de monitoramento contínuo, como também estabelece um incentivo significativo para as empresas que adotam programas de compliance robustos, oferecendo a possibilidade de redução das penalidades em caso de infrações, desde que tais programas sejam eficazes na prevenção e no combate à corrupção. Nesse contexto, a criação e a implementação de políticas de conformidade alinhadas com os princípios da Lei Anticorrupção representam uma ferramenta estratégica para fortalecer a reputação corporativa e assegurar a sustentabilidade organizacional a longo prazo (SILVEIRA, 2015).

2.1 RESPONSABILIDADE OBJETIVA

De acordo com o artigo 1º da Lei 12.846/13, instituída pela Lei Anticorrupção, impõe a responsabilidade objetiva. Isso significa que as empresas podem ser responsabilizadas por condutas ilícitas praticadas em seu benefício, independentemente de dolo ou culpa de seus dirigentes ou colaboradores. Essa responsabilidade objetiva reflete a seriedade das infrações e visa assegurar que as organizações adotem práticas éticas e transparentes, independentemente das intenções individuais de seus representantes.

O artigo 7º, inciso VIII, da legislação mencionada, destaca um ponto crucial para a efetividade de um sistema de governança corporativa, que inclui práticas como auditorias internas, treinamentos regulares sobre ética e conformidade, e a criação de canais de denúncia, ajuda não só na prevenção de práticas ilícitas, mas também influencia diretamente na gravidade das sanções que podem ser impostas à empresa. Isso significa que, se a empresa demonstrar que tem um sistema robusto de compliance em funcionamento, ela pode obter uma redução nas penalidades em caso de infrações, desde que tenha agido com diligência para evitar.

Essa abordagem não só fortalece a responsabilidade corporativa, mas também oferece um incentivo para que as empresas invistam em práticas preventivas, de forma a criar um ambiente de conformidade contínuo e minimizando os riscos de envolvimento em atividades ilegais. A presença de um programa de compliance, portanto, não é só uma exigência legal, mas também uma estratégia inteligente para a gestão de riscos e a proteção da reputação e da saúde financeira da organização.

Nesse contexto, a implementação de políticas e práticas internas de *compliance* torna-se uma estratégia imprescindível para mitigar riscos legais e garantir a sustentabilidade a longo prazo das organizações. Funciona como um instrumento de proteção, assegurando que a empresa adote uma postura proativa e em conformidade com a legislação vigente, evitando danos ao erário, prejuízos à sua reputação e impactos negativos em sua competitividade no mercado. Em última instância, um programa de compliance bem estruturado não apenas protege a empresa de sanções severas, mas também reforça seu compromisso com a ética e a responsabilidade social.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

No âmbito da governança corporativa, cujo objetivo central é atrair capital e promover transparência nas relações empresariais, é fundamental que as organizações priorizem não apenas o lucro, mas também a preservação de sua integridade e reputação. Isso inclui proteção contra riscos que possam comprometer sua estabilidade financeira e longevidade no mercado (VERISSIMO, 2017). A gestão ética e o cumprimento rigoroso de normas de conformidade devem ser vistos como investimentos estratégicos para a sustentabilidade a longo prazo, e não apenas como custos operacionais. A adoção de práticas empresariais responsáveis e alinhadas com altos padrões de governança corporativa fortalece tanto a confiança de investidores e partes interessadas quanto a resiliência da empresa frente a desafios internos e externos.

Mendes e Carvalho (2017) destacam que a violação das normas legais não se limita apenas às penalidades financeiras ou jurídicas diretas, mas também pode resultar em danos profundos à imagem e à reputação da empresa. Esses danos têm efeitos duradouros e, muitas vezes, irreparáveis, que afetam a capacidade da organização de manter ou atrair clientes, parceiros estratégicos e investidores. A confiança do mercado, que é essencial para o funcionamento e crescimento de qualquer empresa, pode ser seriamente comprometida quando se descumpre as normas legais e éticas.

Além disso, a perda de confiança no mercado pode levar a uma série de consequências indiretas, como a dificuldade em fechar novos contratos, a perda de clientes fidelizados e a dificuldade em atrair novos talentos. A deterioração das relações com parceiros estratégicos é outra consequência importante, pois muitas vezes as empresas dependem dessas parcerias para expandir seus negócios e manter uma posição competitiva no mercado. Quando essas parcerias

são prejudicadas, a empresa pode enfrentar sérias dificuldades em termos de acesso a recursos, inovação e vantagens competitivas.

Por fim, a competitividade de longo prazo também fica comprometida. Empresas que violam normas legais ou agem de forma não ética podem ser vistas como "arriscadas" ou "inseguras", o que prejudica sua capacidade de competir com outras organizações mais responsáveis e transparentes. Dessa forma, a conformidade não é apenas uma questão de evitar punições imediatas, mas de garantir que a empresa tenha condições de se manter competitiva e relevante a longo prazo no mercado.

Veríssimo (2017) destaca que a governança corporativa e o alinhamento com padrões éticos e legais são essenciais para a gestão de riscos e a preservação da integridade organizacional. Implementar políticas eficazes de governança e assegurar conformidade com as leis e normas éticas não só previne infrações, mas também garante uma atuação responsável, transparente e em conformidade com as responsabilidades sociais e ambientais. O compliance, portanto, não se limita a prevenir, mas também atua de forma reativa, detectando desvios precocemente e respondendo rapidamente a crises.

Esse duplo papel — preventivo e reativo — é essencial para garantir que, caso algo ocorra fora do esperado, a organização possa agir de maneira eficiente, a fim de minimizar os danos e, se necessário, mitigar as sanções, portanto, promove uma cultura de integridade, criando um ambiente onde os valores éticos são internalizados e os riscos são monitorados constantemente, assegurando a continuidade de suas operações de maneira sustentável.

A importância de se manter uma postura de vigilância constante, por meio de controles internos e auditorias, é enfatizada por (SILVEIRA 2015), que destaca a necessidade de as organizações gerirem uma série de temas essenciais dentro de sua governança corporativa, tais como: políticas e normas corporativas, gestão de riscos, controles internos, código de ética e auditorias, além da resolução de conflitos de interesse.

Ademais, o objetivo central da governança corporativa também está atrelado à transparência nas informações prestadas pela empresa. A transparência, nesse contexto, não se limita à divulgação de dados financeiros, mas se estende à comunicação clara e precisa com todos os envolvidos, incluindo o Estado e a sociedade. A adoção de práticas de *compliance* garante que as informações veiculadas pela empresa não sejam distorcidas ou manipuladas, oferecendo maior segurança e confiança aos investidores, clientes e demais partes interessadas (SILVEIRA, 2015).

A confiança na gestão de uma empresa está profundamente associada à sua capacidade de atuar em conformidade com a legislação e com as normas regulatórias. Rosseti e Andrade (2017) destacam que o compliance deve ser visto não apenas como uma exigência legal, mas como um componente essencial para assegurar a precisão na prestação de contas e fortalecer a credibilidade da gestão. A transparência no cumprimento dessas normas é fundamental para consolidar uma reputação sólida, o que, por sua vez, reforça a posição competitiva da empresa no mercado.

A governança corporativa é fundamentada por uma série de princípios fundamentais, entre os quais se destacam a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade social e empresarial (GONZALEZ, 2012). A adoção de um programa de compliance eficaz está em consonância com esses princípios, estabelecendo uma cultura organizacional que vai além da conformidade legal, incentivando também a ética, a integridade e o compromisso social em todas as suas atividades.

Em resumo, a *compliance* surge como uma ferramenta estratégica essencial para a governança corporativa contemporânea, desempenhando um papel crucial na mitigação de riscos, no fortalecimento da reputação e na promoção de transparência, ética e responsabilidade nas organizações, a qual se estabelece como um diferencial competitivo no cenário empresarial atual.

3 METODOLOGIA

As seções descrevem o tipo de pesquisa, como se deu a coleta de dados e a análise dos resultados com sugestões para estudos futuros.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica abrangente, centrando-se na análise de um vasto conjunto de materiais provenientes de fontes eletrônicas especializadas, incluindo artigos acadêmicos, livros, legislações, atos normativos, jurisprudência e documentos de portais de entidades e organizações especializadas. Essa abordagem permite uma investigação aprofundada, com base em fontes variadas e atualizadas, assegurando um entendimento completo e fundamentado sobre o tema em questão.

3.2 METÓDO DE PESQUISA

O método de pesquisa adotado é o histórico e conceitual, o que possibilita uma análise da evolução do tema e das diversas interpretações ao longo do tempo, bem como uma reflexão

crítica sobre seus conceitos e suas implicações no contexto organizacional. O objetivo é investigar as múltiplas dimensões do *compliance*, por meio de uma análise aprofundada da literatura existente.

3.3 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados será realizada por meio de uma revisão doutrinária, focada em obras especializadas, artigos acadêmicos, livros e publicações de autores renomados no campo do *compliance*. Serão analisadas as principais teorias, definições e interpretações sobre o tema, bem como suas aplicações no contexto organizacional. Além disso, serão considerados estudos que abordam os aspectos éticos, legais e estratégicos desta ferramenta, com o objetivo de compreender a evolução do conceito e suas implicações práticas no ambiente corporativo. Essa abordagem permitirá uma análise aprofundada das diferentes vertentes doutrinárias, oferecendo uma base sólida para a compreensão do papel do *compliance* nas organizações contemporâneas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Adan Nieto Martín (2013) propõe um modelo de *compliance* sofisticado, orientado para o cultivo de uma cultura organizacional ética e para a adesão contínua às normativas legais. Este modelo se fundamenta em dois pilares essenciais: a construção de uma cultura interna que consolida o compromisso com princípios legais e éticos, e a implementação de programas contínuos de capacitação e sensibilização.

O intuito é promover uma postura proativa em relação ao *compliance*, na qual a responsabilidade pela conformidade seja internalizada de forma individual e coletiva, assegurando que a organização atue em conformidade com os padrões legais e éticos preconizados.

O modelo prevê a adoção de controles estratégicos e procedimentos operacionais meticulosos para garantir a efetividade da cultura de *compliance*. Isso envolve auditorias contábeis e financeiras para assegurar a transparência e identificar irregularidades, bem como uma criteriosa seleção de fornecedores e parceiros, evitando riscos associados a práticas ilegais.

O acompanhamento dos fluxos financeiros e a execução de *due diligence* complementam essas medidas, prevenindo o envolvimento com atividades ilícitas ou duvidosas.

Este modelo busca construir uma ética organizacional sólida e integrada, permeando todos os níveis da empresa, desde a liderança até as operações diárias. A conformidade é vista

como um processo contínuo e essencial, não apenas para evitar penalidades, mas para incorporar a ética como princípio central em todas as práticas empresariais. Ao tornar a conformidade parte da cultura organizacional, o modelo promove transparência e confiança, tanto internamente, entre os colaboradores, quanto externamente, com clientes, parceiros e investidores.

O segundo modelo de *compliance*, conforme Nieto Martín (2013), adota uma abordagem reativa e fiscalizadora, centrada na vigilância rigorosa das atividades internas da organização. Ele emprega métodos de monitoramento intensivo, como a supervisão de e-mails corporativos, gravação de chamadas telefônicas e rastreamento da navegação na internet, visando identificar rapidamente práticas ilícitas e desvios de conformidade. Embora eficaz na detecção de irregularidades, esse modelo se concentra principalmente em controlar e fiscalizar os colaboradores, sem promover uma cultura ética ou integrar a conformidade de forma genuína na organização. A ênfase na vigilância pode gerar um ambiente de desconfiança e resistência, em vez de cultivar um compromisso voluntário com os princípios de conformidade.

Diante do aumento da responsabilização empresarial e dos riscos legais, especialmente após a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13), as políticas de *compliance* se tornaram um pilar estratégico essencial. Segundo Frazão e Lacerda (2019), essas políticas capacitam as organizações a adotar medidas preventivas para mitigar riscos de sanções administrativas, ao mesmo tempo em que garantem a integridade das operações internas e das interações com terceiros.

Destaca-se que o fortalecimento das rotas de responsabilização e a concessão de benefícios pelas empresas que implementam programas de *compliance* precisam ser acompanhados de uma análise crítica sobre a real efetividade desses programas. Sem uma base sólida de evidências quantitativas, como indicadores claros de sucesso, corre-se o risco de criar uma falsa sensação de segurança, especialmente ao depositar confiança excessiva na autovigilância empresarial, sem considerar a complexidade dos comportamentos regulados. A eficácia de um programa de *compliance* não deve ser apenas afirmada, mas deve ser constantemente avaliada com base em critérios objetivos e mensuráveis. (FRAZÃO E LACERDA, 2019)

A avaliação da eficácia dos programas de *compliance* no Brasil requer monitoramento contínuo e rigoroso, tanto pelas empresas quanto pelos órgãos reguladores responsáveis pelas sanções. Isso é crucial para garantir que os programas cumpram efetivamente seu papel na

prevenção de práticas ilegais e na promoção de uma cultura ética e transparente. Nesse contexto, as entidades reguladoras devem adotar uma postura proativa, desenvolvendo e divulgando métodos claros para medir a eficácia dos programas, além de orientar as empresas e garantir a justiça e transparência nos processos de fiscalização.

É essencial que os critérios para avaliar os programas de compliance sejam claros, objetivos e transparentes. Com parâmetros bem definidos, as empresas entenderão melhor as expectativas em relação à conformidade e terão maior previsibilidade sobre as consequências de infrações e a eficácia das medidas adotadas.

5 CONCLUSÃO

O alinhamento entre *compliance* e gestão corporativa evidencia que, quando devidamente integrado à rotina organizacional, o programa não apenas assegura a conformidade legal, mas também desempenha um papel fundamental na otimização dos processos internos, gerando reflexos positivos e duradouros no desempenho global da organização.

A pesquisa, portanto, enfatiza a relevância do *compliance* como uma ferramenta estratégica que transcende o simples cumprimento de normas legais, funcionando como um facilitador da boa governança, promovendo a transparência e impulsionando a melhoria contínua das práticas empresariais.

A baixa adesão das empresas aos programas de compliance é um desafio significativo no Brasil, muitas vezes devido à resistência em se adaptar às novas exigências legais, como a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13). Essa resistência está relacionada à dificuldade em mudar a cultura organizacional, aos custos iniciais de implementação e à falta de infraestrutura, capacitação e recursos para integrar eficazmente os processos de compliance, especialmente em empresas de menor porte ou com modelos de gestão tradicionais.

Este artigo é crucial para aprofundar a compreensão sobre como aprimorar os programas de compliance, tornando-os mais eficazes na prevenção de riscos, detecção de irregularidades e resposta a crises. Além de assegurar conformidade legal, esses programas devem fortalecer a cultura de ética, transparência e responsabilidade nas organizações. Empresas que implementam corretamente esses programas demonstram compromisso com práticas responsáveis, o que, por sua vez, reforça sua reputação e credibilidade no mercado.

Além disso, um programa de compliance bem implementado pode proporcionar vantagens competitivas, criando um ambiente de negócios mais seguro e confiável, atraindo investidores e parceiros estratégicos, e oferecendo um diferencial frente à concorrência. Ele fundamenta uma cultura organizacional sólida, que vai além do cumprimento das normas, incorporando uma postura ética contínua e integrada em todas as atividades da empresa.

Portanto, a pesquisa destaca o potencial transformador do *compliance* como uma alavanca essencial para a gestão corporativa contemporânea. Ao garantir não apenas a conformidade com a legislação vigente, mas também fomentar uma cultura organizacional sólida, ética e transparente, o *compliance* torna-se um fator crítico para o sucesso sustentável e a competitividade de longo prazo das organizações. Esse processo de adaptação e implementação é fundamental para as empresas que buscam não apenas atender aos requisitos legais, mas também se posicionar de forma estratégica em um ambiente de negócios cada vez mais exigente e dinâmico.

REFERÊNCIAS

BERTOCELLI, Rodrigo de Pinho; CARVALHO, André Castro. **Manual de Compliance**, Rio de Janeiro, p. 37- 57. Forense, 2019.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ALVES, F. C. da S. O. **O compliance como instrumento cooperativo do licenciamento ambiental e de disseminação de práticas sustentáveis**. Disponível em: <<https://direitoambiental.com/o-compliance-como-instrumento-cooperativo-do-licenciamento-ambiental-e-de-disseminacao-de-praticas-sustentaveis/>>. Acesso em: 04 de novembro de 2024.

ARANHA, Márcio Iório. **Compliance, governança e regulação**. *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018a.

BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa; PERAZZO, Aberto; RASO, Nelson. **Governança corporativa e integridade empresarial: conceitos, atitudes e práticas**. In: *Governança corporativa e integridade empresarial: dilemas e desafios*. São Paulo: SaintPaul, 2017.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas**. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

Graduanda em Direito Unifacex - mitchelly.pessoa@hotmail.com

Revista de Direito Unifacex. Natal -RN, V.11, n. 01, 2024. ISSN: 2179216-X. Paper avaliado pelo sistema OJS, recebido em 05 de novembro de 2024; aprovado em 05 de dezembro de 2024.

BRASIL. **Decreto no 8.420, de 18 de março de 2015.** Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que **dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.** Presidência da República Secretaria Geral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 7 novembro de 2024.

BRASIL. Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013. **Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.** Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em: 7 de novembro de 2024.

CARVALHO, A. C. et. al (Coord.). **Manual de compliance.** 2. reimpr. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CARVALHO, Vinícius Marques de; MATTIUZZO, Macerla; SOUZA, Bruno Silva e. **Programas de compliance – desafios e multiplicidade institucional para o setor privado.** *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade.* Belo Horizonte: Fórum, 2018.

COLARES, Wilde Cunha. **Ética e Compliance nas Empresas de Outsourcing.** São Paulo 2014. Disponível em <<http://dspace.insper.edu.br/xmlui/handle/11224/1238>>. Acesso em 05 de novembro de 2024.

FRAZÃO, Ana. **Dever de diligência: Novas perspectivas em face de programas de compliance e de atingimento de metas.** Jota, 2017c. Disponível em <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/dever-de-diligencia-15022017> Acesso em: 05 de novembro de 2024.

FRAZÃO, Ana. **Programas de compliance e critérios de responsabilização de pessoas jurídicas por atos ilícitos.** In: Governança corporativa: avanços e retrocessos. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2017b.

FRAZÃO, Ana. **Relações entre corrupção e teorias que orientam gestão das companhias.** Consultor Jurídico, 13 jul. 2017d. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jul-13/ana-frazao-relacoes-entre-corrupcao-gestao-companhias>>. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

FRAZÃO, Ana; LACERDA, Natalia. **Desafios aos programas de compliance: como avaliar efetividade das políticas de conformidade e criar um sistema de incentivo para a sua implementação,** Jota, 2019a. Disponível: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/desafios-aos-programas-de-compliance-23102019> > Acesso 04 de novembro de 2024.

GONZALEZ, Roberto Sousa. **Governança Corporativa: o poder de transformação das empresas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2012

LAMBOY, C. K. DE; RISEGATO, G. G. A. P.; COIMBRA, M. de A. **Manual de Compliance: introdução ao corporate compliance, ética e integridade**. São Paulo: Via Ética, 2018. 1035 p. Disponível em: < <https://viaetica.com/images/Manual-de-Compliance-Amostra.pdf>. > Acesso em: 05 de novembro de 2024.

MENDES, Francisco Schertel; CARVALHO, Vinicius Marques de. **Compliance: concorrência do Estado do Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública e combate a corrupção**. São Paulo: Trevisan, 2017

NASCIMENTO, D. M. (2019). **Evolução Histórica e Legislações Acerca do Compliance**, < https://advocaciadeboramn.jusbrasil.com.br/artigos/700763578/evolucao-historica-e-legislacoes-acerca-do-compliance?ref=topic_feed> Acesso em 05 de novembro de 2024.

NEVES, Edmo Colnaghi. **Compliance Empresarial: o tom da liderança**. 1. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

NIETO MARTÍN, Adan. **Problemas fundamentales del cumplimiento normativo del derecho penal**. In: Compliance y teoría del Derecho Penal. Madrid: Marcial Pons, 2013.

PARDINI, E. P. **Revedo e desmistificando o Compliance**, Migalhas, 2017. Disponível em < <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI254527,11049-Revendo+e+desmistificando+o+Compliance>> Acesso em 09 de novembro de 2024.

PINHEIRO, Caroline. **Compliance sob a perspectiva da função social da empresa e da governança corporativa**. Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade. Belo Horizonte: Fórum, 2018

PRODANOV Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

ROSSETI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendência**. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, direito penal e anticorrupção**. São Paulo: SARAIVA, 2015, edição e-pub.

XAVIER, C. P. G. (2015). **Programas de Compliance Anticorrupção no Contexto da Lei 12.846/2013: elementos e estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Direito) — Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.